

Acordo libera Estados para fazer empréstimos

Acerto celebrado em café da manhã no Palácio da Alvorada vai permitir que governadores busquem crédito no Exterior para cobrir despesas de emergência

LU AIKO

BRASÍLIA — Os Estados poderão tomar empréstimos externos para pagar seus gastos emergenciais. Com isso, os governadores contornarão a insuficiência de recursos oferecidos pelo governo federal por meio do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Além disso, algumas linhas de financiamento do programa tiveram

seus prazos dilatados e o valor máximo dos empréstimos foi elevado em 25%. O governo federal se comprometeu, ainda, a ajudar os Estados a rolarem suas dívidas com os bancos oficiais e privados por mais 36 meses e a negociar, caso a caso, os recursos adicionais que algum Estado necessitar.

Esse foi o resultado da negociação, ontem, das novas regras para o endividamento estadual. Em troca

desses benefícios, o Senado não vai mais reduzir de 11% para 7% o limite máximo de comprometimento das receitas estaduais com o pagamento de suas dívidas com a União, como vinha ameaçando desde quinta-feira.

O acordo foi celebrado num café da manhã no Palácio da Alvorada. Participaram do encontro, além do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) e o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da resolução que trata do endividamento dos Estados. Ficou acertado que o novo texto da resolução, mantendo o comprometimento de 11%, será vo-

tado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado na terça-feira e imediatamente colocado na pauta de votação do plenário da Casa.

"Tenho uma alternativa mais em conta do que a oferecida pelo governo; só faltava a autorização da Fazenda", explicou o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy. Ele já negociou um empréstimo de R\$ 150 milhões com um *pool* de bancos estrangeiros liderado pelo banco Cambridge Partners. Pagará uma taxa de

juros de 10,5% ao ano, mais barata do que a dos empréstimos oferecidos pelo governo federal. "Se eu pegasse o empréstimo do governo, pagaria R\$ 86 milhões de juros em três anos", disse o governador. Alagoas deverá dispensar a ajuda do governo federal.

PORCENTUAL
PARA PAGAR
DÉBITOS SERÁ
MANTIDO

Procedimento semelhante deverá ter o Estado do Mato Grosso. O governador em exercício, Márcio Lacerda, disse que deverá captar R\$ 400 milhões no Exterior para pagar suas despesas. Os

gastos emergenciais do Estado somam R\$ 220 milhões e as linhas oferecidas pelo governo proporcionariam no máximo R\$ 110 milhões. O Estado, no entanto, deverá tomar o empréstimo interno, que será depois quitado com os recursos que forem obtidos no Exterior.

O senador Carlos Bezerra garantiu que os empréstimos externos não terão o Tesouro Nacional como avalista. Há alguns detalhes técnicos sobre o Programa de Reestruturação que serão acertados até segunda-feira, mas ele acredita que o impasse político está contornado. "A governabilidade dos Estados está mais ou menos garantida", disse ele.